

Portugal e Marrocos

Geografia da fachada atlântica subtropical do Velho Mundo

Suzanne Daveau

Universidade de Lisboa

PORTUGAL E MARROCOS ocupam uma posição quase perfeitamente simétrica em relação ao acidente linear, de dimensão telúrica, que separa as placas continentais da Europa e da África. Os dois países estão muito próximos um do outro. A distância que separa Faro de Tânger (cerca de 220km) não é superior à que medeia entre a capital do Algarve e Lisboa. Ela é quase cinco vezes mais curta que a distância entre Lisboa e a Madeira. Já Al-Bakri, no século XI, dizia que, com vento favorável, podia ir-se de Trafalgar ao cabo Espartel, ou reciprocamente, em menos de um dia.¹

Portugal e Marrocos são países vizinhos e que tiveram, durante séculos, uma história estreitamente entrelaçada, mas mantêm, hoje, relações pouco intensas. Basta notar que as linhas regulares de voos são três vezes menos frequentes entre Casablanca e Lisboa que entre Paris e a capital de Portugal, e com muito menor número de passageiros.

Simetria e contrastes

Considerando a série de seis pequenos mapas² que resumem alguns traços geográficos fundamentais da fachada atlântica subtropical do Velho Mundo, verifica-se que Portugal e Marrocos têm posição e fisionomia muito parecidas. Ambos são virados para o fresco e sempre imprevisível Atlântico, que ameniza as temperaturas extremas de Verão e de Inverno, e que cobre, muitas vezes, o litoral de nevoeiro. Os dois países devem à sua disposição em anfiteatros, virados respectivamente para SW e para NW, as chuvas abundantes que caem sobre as suas terras altas e que alimentam os rios caudalosos e perenes, que desaguam no oceano.

Ainda que de posição mais meridional, e encostada à enorme zona saariana, a parte ocidental de Marrocos é eficazmente defendida das influências desérticas pela altíssima e maciça barreira do Atlas, que culmina a mais de quatro

mil metros de altitude no Tukbal. Daí, o clima das planícies ocidentais ser mais ameno do que podia fazer pensar a sua latitude. As culturas mediterrâneas de sequeiro mantêm-se possíveis na faixa litoral até ao cabo de Guer e os rios saídos do Alto Atlas permitem ricas culturas de regadio, mesmo na árida vertente meridional da grande cadeia montanhosa.

Sobrevoando a faixa litoral de Marrocos, em Dezembro de 1947, para ir participar num encontro científico em Bissau, Orlando Ribeiro notou no seu caderno de campo³, não sem alguma surpresa: «A impressão dominante é a de uma paisagem profundamente humanizada, sem árvores ou mato, só culturas. Terra negra lavrada que faz mancha à roda das povoações (alqueive de Inverno como em Portugal?). Muitos pousios, mas em todos se vêem as marcas regulares dos campos. Campos rectangulares. (...) Mourosos de despedrega. (...) A grande revelação da viagem é a paisagem completamente humanizada.» Sobrevoava, portanto, uma paisagem mediterrânea, que se prolongava excepcionalmente em direcção ao sul.

Mas além das simetrias e semelhanças, não se pode esquecer que existem contrastes acentuados entre os dois países. Nem todos são directamente devidos à posição geográfica e muitos resultam do desenrolar da História. No entanto, mesmo sem sair do campo dos fenómenos naturais, o peso do escalonamento em latitude mantém a força. Encontra-se ilustrado, por exemplo, no quinto mapa da série, que esquematiza alguns dos mais significativos limites de vegetação natural ou cultivada, quase regularmente escalonados de NW para SE.

Por outro lado, se todos os grandes rios da vertente atlântica de Marrocos conseguem, ao norte do Atlas, atingir regularmente o mar, a sua força não é suficiente para manter as barras desimpedidas. Os sítios portuários portugueses, implantados em estuários profundos e, em cer-

tos casos, na sua extremidade interior, fixaram os maiores núcleos urbanos de Portugal. Ora eles não têm equivalentes em Marrocos. Nada, aqui, de semelhante aos portos seguros de Lisboa e de Santarém, para tomar o exemplo do Tejo. Mesmo as cidades litorais situadas na foz dos maiores rios marroquinos – como é o caso da dupla Rabat/Salé, separada pelo Um er Rbia –, devem muito pouco ao seu rio.

Quando muito, os veleiros antigos conseguiam entrar umas quantas léguas, na foz de alguns dos maiores rios marroquinos, em condições de tempo especialmente favoráveis. Os sítios de Larache, na foz do rio Lucos, e de Mamora, no rio Sebu, eram muito cobiçados. Lembrem-se, por exemplo, os esforços diplomáticos que Felipe II, rei de Espanha, desempenhou nos anos 70 de quinhentos perto do xarife de Marraquexe para conseguir, no quadro da sua luta contra os Turcos, o acesso ao Porto de Larache, que considerava «capaz e seguro para trezentas galés»⁴. Mas a caprichosa natureza foi sempre a mais forte. Pela Barra de Mamora podiam, segundo Duarte Pacheco Pereira, que escrevia em 1507, «ir por este rio até seis ou sete léguas navios pequenos de 30 tonéis e os grandes ficarão mais em baixo, acerca da foz do rio»⁵. Em 1614, querendo os Ingleses fechar esta barra, afundaram «uma urca carregada na boca da barra, por se recolherem ali navios de Mouros e Holandeses, ainda que pequenos. Mas o efeito foi tão diferente que, como este rio sai e toma tanta água no Inverno, achando aquela resistência, abriu uma barra aos navios de mais de 400 toneladas»⁶.

Em regra, portanto, os navios tinham de ficar ancorados ao largo, frente às «praças» litorais fortificadas, sem abrigo nem das repentinas tempestades nem dos piratas. Os habitantes das praças tinham de vigiar constantemente, da torre principal ou das atalhas disseminadas em redor, a chegada temida de dois perigos: do lado da

terra, a ameaça dos rápidos cavaleiros, do lado do mar, dos corsários.

O colar urbano de Marrocos tem sítios puramente marítimos: os brancos cascos urbanos reflectem-se directamente no oceano e a grande mesquita recente de Casablanca tem simbolicamente os pés lavados pela água do mar. Pelo contrário, a fachada marítima de Portugal é de tipo tipicamente sublitoral. Na costa, apenas existiram, durante muito tempo, acampamentos precários de pescadores⁷. Quase todas as grandes cidades que se sucederam na chefia do país – Braga, Porto, Coimbra, Lisboa – ou, ainda, os antigos empórios da sua fachada meridional, como Silves e Mértola, situam-se nos estuários ou nas proximidades deles. Bem protegido, próximo dos campos férteis de cultura, este rosário urbano foi o eixo ao longo do qual se construiu o reino. O colar urbano marítimo de Marrocos nunca teve o mesmo papel unificador. Até a França implantar a cabeça do seu protectorado em Casablanca, as capitais político-económicas de Marrocos foram as cidades interiores, Fez e Marraxex.

Se o escalonamento em latitude de Portugal e Marrocos condiciona já fortemente as características geográficas locais dos dois países, ele é determinante em relação a sua posição mundial. Não considerar-se, a seguir, tanto a sua posição relativamente ao espaço marítimo situado a oeste do estreito de Gibraltar, como o seu enquadramento entre dois grandes domínios de civilização, o europeu e o africano.

O mar das Éguas e o golfo de Cádiz

Em meados do século XII, o geógrafo Idrisi, descrevendo o mundo conhecido para o rei Rogério da Sicília, evocava, na extremidade ocidental do Quarto Clima, o «Oceano Tenebroso donde procede o Mar de Síria [o Mediterrâneo]» e atribuía a Alexandre, o Grande, a abertura do estreito de Gibraltar, ao longo do qual ele diz ter

observado restos dos grandes diques para isso construídos. Falava, a seguir, da navegação dos «Aventureiros de Lisboa», que atingiram no oceano ilhas povoadas e chegaram finalmente a Safim.⁸

Não parece que seja de pôr em dúvida a realidade desta navegação, mesmo se é difícil situá-la no tempo (nos fins do século XI?). Christophe Picard tem mostrado que existia uma longa tradição de navegação oceânica, no «Atlântico muçulmano», ou seja, na faixa marítima meridiana, que acompanha o Gharb-al-Andalus e Marrocos⁹. A partir dos séculos XIII e XIV, uma área habitual de navegação cristã individualizou-se também no Atlântico próximo. Definia-se pela rota elíptica que ligava, no sentido dos ponteiros de um relógio, o litoral meridional da Península Ibérica às Canárias, com volta pelo Arquipélago da Madeira¹⁰. Esta rota pode ser considerada a prefiguração da grande volta do Atlântico Norte, que se tornará um elemento essencial da rota da Índia, a partir do século XVI.

Os roteiros e cartas marítimas representaram cedo este novo domínio marítimo¹¹. O portulano de Gracioso Benincasa (1467) mostra admiravelmente esta curiosa antecâmara do Mediterrâneo. Exagera, até, o duplo colar de ilhas que a limita: ilhas imaginárias prolongam ao norte o Arquipélago da Madeira, enquanto as Canárias estão já quase correctamente representadas.

A forte individualidade desta porção do oceano fez-lhe adquirir nome próprio. O «Golfo das Éguas» aparece documentado cartograficamente pela primeira vez em 1570, na tábua da Berberia do *Theatrum Orbis Terrarum* de Ortelius,¹² que se apoiou na autoridade de Francisco Oviedo. Gaspar Frutuoso, por seu turno, radicou a apelação num episódio precoce da descoberta dos Açores, quando Gonçalo Velho teria tido de lançar ao mar, para salvar a vida, durante uma tempestade, as éguas que levava para o povoamento de Santa Maria¹³. Muito frequentado

Parte da tábua «Barbariae et Biledvlgerid. Nova Descriptio» *Theatrum Orbis Terrarum*, 1570. Biblioteca Nacional de Lisboa

BARBARIAE ET BILEDVLGERID. NOVA DESCRIPTIO.





Parte da tábu «Europa Recens Descriptio»,
de Willem Blaeu (1617)

pelos pescadores portugueses, este mar teve de ser defendido dos piratas pela frota organizada por D. Dinis.¹⁴

Mas o uso do nome não deve ter sobrevivido durante muito tempo. Ele já não aparece em parte dos mapas publicados por Willem Blaeu¹⁵ nos primeiros decénios do século XVII. Este espaço marítimo será cada vez mais frequentado pelos veleiros, mas principalmente na sua parte oriental, que passou a ser geralmente chamada golfo de Cádiz. A rota normal das armadas portuguesas e espanholas, que zarpavam de Lisboa ou de Sevilha, atravessava o golfo, rumo às Índias Orientais ou Ocidentais. Os navios faziam regularmente uma primeira escala, depois de poucos dias, na Gomeira ou na Grã-Canária, para «tomar refresco de água e lenha, queijos e carnes frescas, e outras coisas, as que lhes parece dever ajuntar ao abastecimento principal, que trazem já de Espanha», como escrevia Oviedo,¹⁶ em 1526.

Quanto à navegação transversal, que liga o Mediterrâneo ao oceano pelo estreito de Gibraltar, ela é de todos os tempos históricos, pelo menos desde o tempo dos Cartagineses. Conheceu fases mais ou menos intensas e também mais ou menos seguras, conforme a actividade da pirataria e a eficácia da dominação do estreito pelas praças-fortes, sucessivamente mantidas pelas principais potências marítimas.

Os marinheiros e geógrafos modernos hesitaram muito sobre a maneira de designar este importante espaço marítimo, que chamaram em geral golfo de Cádiz, mas também golfo de Gibraltar ou mar de Espanha e, ainda, mais escrupulosamente, golfo luso-hispano-marroquino: uma maneira de significar que ele tinha perdido da sua individualidade. Os oceanógrafos estudaram muito este golfo, mas procurando quase exclusivamente entender as trocas de águas profundas, que saem em profundidade do

estreito, em compensação do fluxo superficial que alimenta o Mediterrâneo¹⁷. Foi apenas muito recentemente que dois geógrafos, Jean-René Vanney e Loïc Menanteau, consagraram à descrição geográfica do golfo de Cádiz um livro denso e rico que, infelizmente, ainda aguarda publicação.¹⁸

Os Algarves daquém e dalém mar

Segundo Cláudio Torres,¹⁹ o Mar Tenebroso começava apenas, para os habitantes do Garb al-Andalus, além do cabo de São Vicente, ou seja, fora do golfo de Cádiz, que os veleiros sulcavam regularmente para ligar entre si as margens algarvias. Com efeito, a designação *Algarve*, forma aportuguesada da palavra árabe que designa o Ocidente, aplicava-se tradicionalmente a um vasto conjunto de terras. Dizia frei João de São José, em 1578: «As terras que os Mouros chamam Algarves são muito grandes e de muitos senhorios, e cingem boa parte do mar Mediterrâneo duma banda e de outra, e também do oceano. Da banda de Espanha começam do cabo de São Vicente e correm ao levante até Almeria [e,] por África, desde o reino de Tremecem, pelo estreito de Gibraltar, até o cabo de Gué».²⁰

Quando D. Afonso V, em 1471, depois da conquista de Tânger, adoptou o título de «Rei de Portugal e dos Algarves daquém e dalém mar em África», ele procurava realçar a incorporação, no reino, das novas praças marroquinas, mas contribuiu também, deste modo, para restringir ao litoral português e às praças marroquinas, que lhe fazem frente, o emprego mais usual da palavra Algarve. No entanto, a velha unidade regional resistiu a esta tendência nacionalista. Robert Ricard²¹ irá mostrar como a vida conturbada das praças portuguesas continuava intimamente ligada tanto ao rico litoral da Andaluzia, com o qual elas comerciavam amiúde, como à ilha da Madeira, progressivamente erigida pelo rei em

pólo comercial, religioso e militar das novas conquistas.

A presença portuguesa em Marrocos atingiu o auge cerca de 1540, começando, desde o ano seguinte, o abandono de praças. Em 1640, Ceuta decidiu ficar ligada à Espanha e Tânger tornou-se inglesa em 1683. Quanto à praça-forte de Mazagão, foi resistindo até 1769, como imponente símbolo de um passado já desprovido de significado, comparável ao que é actualmente Gibraltar para a Inglaterra.

A posição mundial

A sucessão dos pequenos esboços, que sugerem as variações da posição de Portugal no Mundo, ao longo dos séculos²², ajuda a reflectir sobre a instabilidade da noção de localização geográfica. Conforme a situação dos focos historicamente mais activos e a trajectória dos fluxos que irradiam deles, um mesmo território pode ficar isolado ou directamente implicado nas relações e influências que se interligam em dada época.

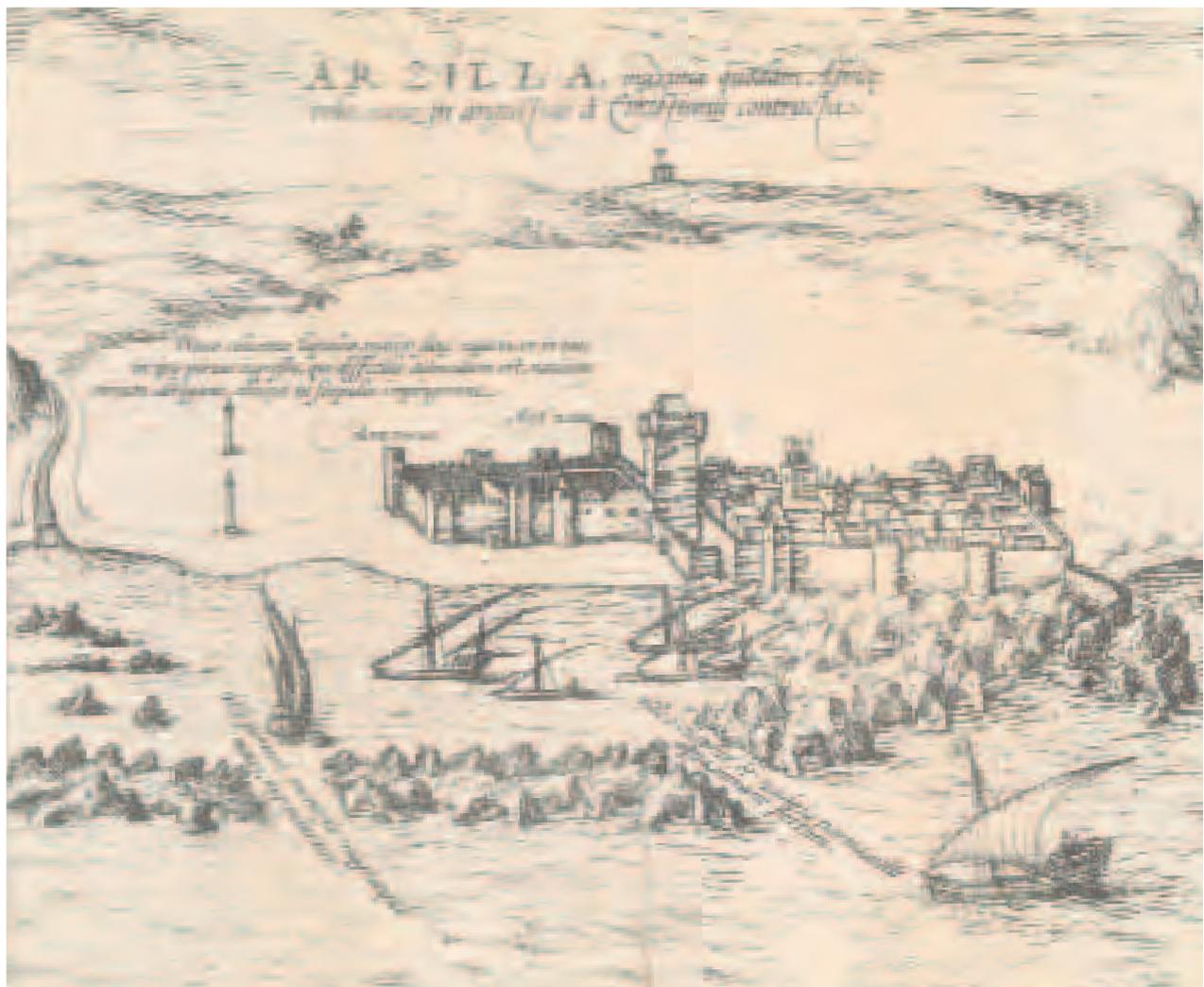
Terras extremas, finisterras ocidentais quase esquecidas durante muito tempo, os Algarves ganharam um papel próprio e activo quando as rotas da expansão oceânica europeia – ou, por outras palavras, as da segunda fase da expansão cristã – sucederam ao vasto derrame do islão, que se realizou por via terrestre e mediterrânea. A fronteira religiosa, localizada desde 1492 no estreito de Gibraltar, manteve-se fixa até hoje, mas matizou-se de uma crescente componente social e económica, à medida que a Europa se tornou mais rica e dominante. As frágeis barquinhas, que teimam tragicamente em trazer de noite os imigrantes clandestinos da África para a Europa, ressuscitam, pela sua precariedade, as perigosas condições em que a navegação sulcava antigamente o mar das Éguas.

Fernand Braudel ilustrou o seu livro famoso sobre *O Mediterrâneo na Época de Filipe II*, com um sugestivo planisfério²³, que mostra bem a

posição mundial de Portugal e Marrocos. Pontos de partida cómodos para as aventuras e descobertas ultramarinas, os dois países têm uma posição diferente em relação aos dois grandes domínios de civilização, europeu e africano, que os enquadram. Portugal encontra-se em posição bastante excêntrica em relação às planícies da Europa do Noroeste, por ser separado delas pelas altas terras peninsulares, mas ele não é muito afastado delas quer por mar quer por terra. Roma e a Flandres foram, ao longo de séculos, os principais pontos de encontro entre Portugal e a Europa – Roma no plano espiritual e diplomático, Antuérpia no plano comercial. Outros caminhos terrestres ligavam o reino aos santuários de Santiago e de Guadalupe, bem como aos grandes centros universitários, Salamanca, Paris e outros.

Marrocos estabeleceu as suas principais ligações a maiores distâncias, para além das terras áridas do grande deserto sariano. Do Próximo Oriente vieram tanto o influxo da religião do Profeta como novos modos de vida quer urbanos quer nómadas. Os Árabes trouxeram também a língua do Alcorão, que se justapôs aos velhos falares berberes. Do Sudão, as caravanas traziam ouro e escravos²⁴. A maior parte das rotas do Ocidente do deserto convergia em Sigilmassa, no Tafilalt. Foi também do deserto que surgiram os muçulmanos rigoristas almorávidas, no século XI, e os almóadas, no século seguinte. Muito activas no século XIV, quando Ibn Battuta atravessou o deserto, as trocas transarianas continuavam a processar-se regularmente no começo do século XVI, segundo o testemunho ocular de João-Leão, o Africano. No fim do mesmo século, o xarife Almansor mandou de Marraquexe um exército conquistar, em 1591, Goa e Tombuctu.²⁵ Enquanto a força da expansão ibérica no Magrebe já se tinha então esgotado, a expansão marroquina continuava a processar-se para o Sul, e a influência magrebina irá prolongar-se até

Arzila, in «Civitates Orbis Terrarum», 1572. Biblioteca Nacional de Lisboa



hoje, através da penetração cada vez mais forte do islão entre as populações negras.

Mas qual foi a visão que Portugueses e Marroquinos tiveram uns dos outros, desde que Portugal se constituiu num reino autónomo? As sucessivas descrições e crónicas são fontes importantes, que permitem apreciar os tipos de relações, militares, comerciais ou sociais, que se estabeleceram entre as duas populações. Na

actualidade, estão disponíveis mais testemunhos portugueses sobre Marrocos, do que marroquinos sobre Portugal, mas é possível que novos textos esclarecedores venham a aparecer.

Os geógrafos árabes

Depois do século X, quando foi escrita a *Crónica* do Mouro Rasis, não parece que algum geógrafo árabe tenha viajado pelas terras cristãs da

Península Ibérica. O único que forneceu alguns dados sobre o reino de Portugal – Idrisi, em meados do século XII –, estava mal informado sobre aquelas regiões, que conhecia apenas indirectamente, enquanto tinha viajado pessoalmente pelo sul de Portugal e outras terras do Garbal-Andalus e de Marrocos. Nem Ibn Battuta, no século XIV, nem João-Leão, o Africano, no século XVI, conheceram as terras cristãs. Idrisi nasceu, talvez, em Ceuta, Ibn Battuta, com certeza, em Tânger, João-Leão em Granada. Os três geógrafos eram portanto naturais do Algarve, em sentido lato, e viveram demoradamente nele. Mas foi principalmente João-Leão²⁶, que transmitiu um saber vivo, rico e matizado, fundamental para entender as relações que ligavam então a gente das duas margens do mar das Éguas. Citam-se apenas algumas das suas notações.

Quando João-Leão chega a Anfa, entre 1508 e 1513, no actual sítio de Casablanca, diz não ter podido reter as lágrimas à vista do fantasma da cidade, que os Portugueses tinham devastado cerca de 40 anos antes, queimando as casas e destruindo vários panos da muralha. Acrescenta que: «A maior parte das casas, lojas e templos ainda estão de pé, [inclusive] palácios de vários andares.» Este apontamento, datado do começo de quinhentos, corresponde admiravelmente com a imagem de Anfa, que Braunius incluirá, em 1572, no *Civitates Orbis Terrarum*.²⁷

Quanto a Arzila, diz ter estado presente, em 1511 e 1512, aos assaltos dados pelo rei de Fez à pequena cidade, recentemente reconstruída e fortificada pelos Portugueses, depois da primeira tomada pelos Mouros, em 1508. Pareceu-lhe então insensato o rei persistir no projecto de reconquistar uma praça tão forte. Mais uma vez, a descrição dada por João-Leão corresponde perfeitamente à imagem utilizada por Braunius em 1572.

De Azamor, que ele conheceu antes da conquista pelos Portugueses em 1513, João-Leão diz que é uma cidade muito grande e povoada, cons-

tantemente frequentada por mercadores portugueses, que vêm todos os anos comprar grande cópia de sável, «de modo que os seus habitantes são pessoas bem-educadas e convenientemente vestidas». Na montanha de Beni Fensecare, evoca o mercado semanal de sábado, frequentado por «Genoveses, para ali comprar cera e peles de bois, que mandam para Génova e para Portugal». A coexistência de trocas comerciais pacíficas e de brutais golpes militares caracterizava então a vida em Marrocos.

Os Portugueses em Marrocos

Os testemunhos portugueses sobre Marrocos, hoje conhecidos, são relativamente abundantes e diversificados. Confirmam um quadro complexo, com aspectos contraditórios. Preconceitos e rivalidades, desfavoráveis a uma apreciação válida da realidade, parecem ter coexistido com aspectos de confraternização e de trocas frutuosas. Alguns dos informadores estiveram presentes, e alguns deles viveram demoradamente, em Marrocos. Estes são, evidentemente, os testemunhos mais preciosos, mas a opinião dos outros tem também interesse, por mostrar como Marrocos era visto do exterior, a partir de Portugal.

O mais antigo observador presencial português é o cronista Eanes de Zurara. Encarregado de escrever as crónicas referentes à tomada de Ceuta e à história posterior da praça, ele teimou em ir observar directamente o palco da história, que tinha que contar, e acabou por ser autorizado a passar um ano completo em Marrocos. Podíamos esperar dele um testemunho geográfico de valor, mas o território que conseguiu observar era reduzido e ele tinha de dar prioridade às façanhas dos fidalgos. Apenas se colhem, do texto, algumas observações comparativas, como: «Suas casas são feitas ao modo que são as de Entre Douro e Minho, cobertas de colmo ou tabual.»²⁸

Duarte Pacheco Pereira deve ter observado, ele próprio, o litoral que descreveu e ilustrou de



Anfa (Casablanca), in «Civitates Orbis Terrarum», 1572. Biblioteca Nacional de Lisboa

estampas no *Esmeraldo de Situ Orbis*²⁹, mas não parece ter penetrado no sertão. Caso parecido terá sido o de Duarte de Armas, encarregado em 1507 de levantar as barras de Azamor, Mamora, Salé e Larache, e o de Francisco Dansilho, que o duque de Bragança encarregou de «pintar» Azamor, em 1513. É provável que uma parte destes desenhos tenha sido retomada por Braunius,³⁰ em 1572.

Pelo contrário, na mesma época, o anónimo informador de Valentim Fernandes demonstra ter conhecido muito bem o país que descreveu oralmente, em 1507, ao impressor alemão.³¹ Citam-se dois exemplos: «Mamora é um rio de água doce e vem da grande cidade de Fés, não navegável. Aqui andam os alarves no campo com o seu gado, de um lugar para outro. Toda esta costa é praia, onde os Castelhanos e Portugueses vão a pescar, com bom resguardo dos Mouros.» O seu conhecimento excelente da sociedade marroquina transparece no seguinte trecho: «El

rey de Fés, todo o ano não está mais que três meses ou quatro na cidade de Fés e, todo o al, anda pelos campos, com toda a sua gente, e mulheres e filhos, todos em tendas, a uma por causa das bestas e cavalos buscarem seu pasto, a outra para contentar os alarves e para os senho-rear, que é sua vida de andar em campos.» Esclarece ainda: «Maksen entendem os de África por cortesão. Berber ou bárbaros são os Mouros lavradores que vivem em aldeias. Alarves criam e lavram, porém andam em tendas pelos campos com seus gados.»

Outro bom observador da mesma época foi Bernardo Rodrigues³², que nasceu em Arzila e redigiu, a partir de 1560, uma importante *Crónica* sobre a vida da praça de 1508 a 1525, publicada em 1915 por David Lopes. Ainda que o campo que conheceu tenha sido mais amplo que o de Zurara, o seu testemunho restringe-se ao extremo norte de Marrocos, ou seja, aos arredores de Arzila.

Acaba de ser publicado, por António Dias Farinha, novo testemunho da maior importância: *A Crónica de Almançor*, escrita por António de Saldanha³³. Este fidalgo, preso em 1592, viveu em Marraquexe até 1606. As lembranças que coligiu, pouco antes da Restauração de 1640, são de grande interesse. Nelas, vê-se viver a complexa sociedade que se acotovelava na capital do reino xarifino. As comunidades religiosas – muçulmanos, judeus e cristãos – coexistiam num clima de pacífica tolerância, com a condição de respeitarem algumas regras. O sossego era raramente cortado por crises esporádicas de agressividade.

Marrocos visto de fora

O testemunho dos Portugueses, que escreveram sobre Marrocos sem nunca lá terem ido, é também importante, por revelar que poucos eram os que tinham uma verdadeira experiência do país vizinho. Admite-se que, cerca de 1540, eles atingiam um máximo de cinco mil soldados e 25 mil residentes civis³⁴. Os fidalgos demoravam-se lá pouco, a maior parte tendo vindo a Marrocos apenas para adquirir rapidamente no campo de batalha a cobiçada chancela social de «cavaleiros».

A experiência amarga vivida pelo humanista flamengo Nicolau Clenardo³⁵ é reveladora. Querendo aprender árabe, para poder dialogar com os muçulmanos e convencê-los, por via pacífica, da verdade do cristianismo, o mestre de latim do Infante D. Henrique teve de ir até Granada, em 1540, para conseguir encontrar lá um mestre (um escravo, comprado para ele pelo vice-rei, D. Luís de Mendoza). É realmente espantoso, mas parece que *ninguém* sabia falar árabe em Portugal, na altura do apogeu da implantação lusa em Marrocos! Clenardo viajou até Fez, onde foi muito mal recebido, e voltou desiludido, para morrer em Granada, em 1542.

O pintor Francisco de Holanda nunca esteve em Marrocos, mas tinha, sem dúvida, acesso à

rica documentação cartográfica reunida por D. Manuel. Colaborador próximo de D. João III e do infante D. Luís, diz ter desenhado para o arcebispo do Funchal uma carta da África, «de muito preço», e trabalhado na elaboração da planta da futura fortaleza de Mazagão³⁶. Os dois desenhos que ilustram o códice *De quanto serve a ciência do desenho*, através do qual ele tentou, em 1571, restabelecer o valimento perto do jovem rei D. Sebastião, revelam um conhecimento apurado da silhueta de numerosas cidades marroquinas, no litoral e no sertão, e ainda do perfil das serras e do traçado do litoral. Esta documentação foi, porventura, colhida em parte por ele nos desenhos anteriormente trazidos por Duarte de Armas e Dansilho. Do discurso de Francisco de Holanda sobre Marrocos deduz-se ter existido, no ambiente da corte, uma visão agressiva de um país socialmente mal conhecido.

Na sua *Descrição de Portugal*, elaborada nos últimos anos de quinhentos, Duarte Nunes do Leão³⁷ apenas se interessou, relativamente a Marrocos, por uma Antónia, que viveu disfarçada de homem em Mazagão, e pelos Santos Mártires, que perderam a vida para defender a Fé: manifesta-se aqui, outra vez, uma visão exterior e estereotipada, colocada num ambiente sonhado de guerra santa, o qual se afigura bastante desfasado em relação à realidade de um país, que parece ter sido, no fundo, tolerante e diversificado.

Outra visão cartográfica de Marrocos foi muito recentemente divulgada³⁸. Reproduzem-se duas tábuas do riquíssimo atlas que foi desenhado, em 1634, por Pedro Teixeira Albernaz para o rei de Espanha. A visão longitudinal do rectilíneo estreito de Gibraltar evoca a nitidez do corte natural, mas também espiritual, que separava as terras cristãs das muçulmanas. Lembra também as frequentes batalhas navais, que se travavam na entrada do estreito.

De particular interesse é a vista da *Baía e Campo da Cidade de Tânger*, que é a melhor

representação cartográfica de uma região marroquina, que chegou até nós. A sua qualidade atinge e ultrapassa a das vistas de regiões da Península Ibérica, incluídas no mesmo atlas. Quais terão sido as fontes utilizadas pelo jovem cartógrafo português ao serviço de Espanha, colaborador, pelo menos desde 1620, de João Baptista Lavanha? Arquivos portugueses ou arquivos espanhóis? Na realidade, sabemos ainda muito pouco sobre a colaboração, oficial ou oculta, que existiu entre as duas potências ibéricas, em relação à África do Norte. Esta magnífica vista a olho de pássaro mostra ter existido um saber aprofundado sobre a Geografia de Marrocos, mas sem dúvida de uso restrito às mais altas esferas do poder e de finalidade essencialmente política e militar.

Os cientistas e historiadores modernos

O renovador dos estudos portugueses sobre Marrocos foi David Lopes. Já se falou deste grande investigador, a propósito da *Crónica de Arzila*, que publicou em 1915. Ele trabalhou sempre em estreita colaboração com os historiadores franceses que, na mesma altura, iam desenvolvendo a investigação científica sobre Marrocos. Destaca-se, entre eles, Robert Ricard, cuja obra foi reunida e publicada em Coimbra, em 1955, sob o título *Études sur l'Histoire des Portugais au Maroc*.³⁹

Nesta altura, Vitorino Magalhães Godinho já tinha encetado o estudo do enquadramento socioeconómico dos Descobrimentos portugueses, que irá revolucionar o tradicional tratamento do tema. Publicou, em 1947, uma verdadeira Geografia histórica de Marrocos, concebida numa óptica descritiva e segundo um plano regional. Este livro fornece uma densa e cómoda síntese das informações reunidas pelos viajantes e geógrafos da Idade Média e de quinhentos. Interessou-se, a seguir, pelas rotas do comércio magrebino através do Saara.⁴⁰

Na mesma época, o tema das influências muçulmanas que marcaram Portugal deixou de ser assunto quase esquecido, por ter sido talvez considerado incómodo ou, até, inconveniente. Verdade seja que Duarte Nunes do Leão tinha feito uma precoce e interessante excepção a este desinteresse, recenseando os nomes de rios portugueses⁴¹ derivados da palavra árabe *ued*. Mas foi nos anos 60 do século passado, que o tema começou realmente a suscitar interesse. Orlando Ribeiro estudou, a propósito das «açoteias de Olhão e telhados de Tavira», as influências orientais na arquitectura urbana do Algarve. Jorge Gaspar apresentou os contrastes e convergências que se manifestam entre as cidades muçulmanas e as cidades cristãs peninsulares, apoiando-se no exemplo de três cidades, que observou em Marrocos. Joaquim Romero Magalhães encontrou, nos arquivos, muitas marcas da manutenção de frequentes relações marítimas entre o Algarve e a África do Norte, durante os séculos XVI e XVII. Cláudio Torres vai tirando do esquecimento o enorme espólio arqueológico do activo empório comercial, que foi o porto de Mértola durante a Idade Média. António Dias Farinha continua a publicar documentos do maior interesse sobre a vida em Marrocos, no período em que as relações com Portugal foram mais importantes.⁴²

E este interesse renovado não se restringe aos investigadores portugueses. Sem mesmo tentar falar dos importantes estudos desenvolvidos do lado espanhol, demasiado numerosos para serem aqui recenseados, têm de assinalar-se as duas importantes e recentes sínteses de Christophe Picard,⁴³ sobre *L'Océan Atlantique Musulman* (1997) e sobre *Le Portugal Musulman* (2000). Muito material e muitas hipóteses de trabalho vão sendo postos à disposição cómoda dos investigadores, permitindo esperar-se uma próxima renovação do conhecimento geográfico das relações entre Portugal e Marrocos.⁴⁰

- ¹ Textualmente: «Em dois terços de um dia». Christophe Picard, *L'Océan Atlantique Musulman. De la conquête arabe à l'époque almohade*, Maisonneuve et Larose, Paris, 1997, p.47.
- ² Estes seis mapas tentam sintetizar o ensino que dei, durante anos, aos alunos da cadeira de Geografia Regional, do Curso de Geografia da Faculdade de Letras de Lisboa. Extraído de Suzanne Daveau, *Portugal Geográfico*, Ed. João Sá da Costa, Lisboa, 1995, p. 23.
- ³ A coleção inédita dos *Cadernos de Campo*, de Orlando Ribeiro, encontra-se em vias de organização, no quadro da recuperação do seu espólio científico.
- ⁴ António de Saldanha, *Crónica de Almançor, Sultão de Marrocos (1578-1603)*, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 1997, p. 29.
- ⁵ Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis* (J. Barradas de Carvalho, ed.), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1991, p. 572.
- ⁶ A. de Saldanha, *ob. cit.* na nota 4, pp. 181-183.
- ⁷ Gaspar Barreiros, «Suma e descripçam de Lusitânia», in Justino Mendes Almeida, «Um inédito de Gaspar Barreiros» in *Páginas de Cultura Portuguesa*, Universidade «Luís de Camões», Lisboa, 1994, pp. 113-175.
- ⁸ Idrisi, *La Première Géographie de l'Occident*, Flammarion, Paris, 1999, pp. 245-247 e pp. 267-269.
- ⁹ Christophe Picard, *ob. cit.* na nota 1, pp. 17-183.
- ¹⁰ Carlos Riley, «Ilhas atlânticas e costa africana» in *História da Expansão Portuguesa*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1997, I, pp. 139-145.
- ¹¹ M. de La Roncière; M. Mollat du Jourdin, *Les Portulans. Cartes marines du XIII^e au XVII^e siècle*, Nathan, Paris, 1984.
- ¹² Ortelius, *Theatrum Orbis Terrarum*, Antuérpia, 1570.
- ¹³ Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, Tipografia «Diário dos Açores», Ponta Delgada, 1924, IV, 1, p. 8.
- ¹⁴ Carlos Riley, *ob. cit.* na nota 10, pp. 139-140.
- ¹⁵ O nome «Golfo das Éguas» não aparece na tábuca de Willem Blaeu *Europa recens descripta*, que data de 1617 e que se reproduz aqui, mas conserva-se na tábuca *Fezzae et Marocchi*, de 1635, derivada de Ortelius. In Joan Blaeu, *Grande Atlas do Mundo*, Verbo, Lisboa, 1990, pp. 30 e 146.
- ¹⁶ Gonzalo Fernandez de Oviedo, *Sumario de la Natural Historia de las Indias*, Biblioteca América, México, Buenos Aires, 1950, p. 81.
- ¹⁷ Camille Vallaux, «Les avenues de la Méditerranée», in *Géographie Générale des Mers*, A. Colin, Paris, 1933, p. 410.
- ¹⁸ Jean-René Vanney, Loïc Menanteau, *Géographie du Golfe de Cadix*, livro inédito.
- ¹⁹ Cláudio Torres, «O Garb-al-Andalus» in *História de Portugal*, Círculo de Leitores, Lisboa, I, 1992, p. 366.
- ²⁰ Frei João de São José, «Corografia do Reino do Algarve (1577)» in *Duas Descrições do Algarve do século XVI*, Cadernos da Revista de História Económica e Social, 3, Sá da Costa Ed., Lisboa, 1983, p. 25.
- ²¹ Robert Ricard, *Études sur l'Histoire des Portugais au Maroc*, Acta Universitatis Conimbrigensis, Coimbra, 1955.
- ²² Suzanne Daveau, *ob. cit.* na nota 2, p. 33.
- ²³ Fernand Braudel, *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'Époque de Philippe II*, A. Colin, Paris, 1949 (2^a ed., 1966, fig. 12).
- ²⁴ *Id.*, *Ibid.* (2^a ed., fig. 14).
- ²⁵ Zakari Dramani-Issifou, *L'Afrique Noire dans les relations Internationales au XVI^e siècle. Analyse de la crise entre le Maroc et le Sonhraï, Karthala, Paris, 1982*; António de Saldanha, *ob. cit.* nota 4, pp. 169-175.
- ²⁶ Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*, Adrien Maisonneuve, Paris, 1956, pp. 160 e 260.
- ²⁷ Braunius, *Civitates Orbis Terrarum*, Amsterdão, 1572; Suzanne Daveau, «A propósito das 'pinturas' do litoral marroquino incluídas no *Esmeraldo de Situ Orbis*», *Mare Liberum*, Lisboa, 1999-2000, pp. 18-19, pp. 79-132.
- ²⁸ Eanes de Zurara, *Crónica da tomada de Ceuta (1450)*, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses (1458-1464)*, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses (1464-1470)*.
- ²⁹ Duarte Pacheco Pereira, *ob. cit.* nota 5.
- ³⁰ Suzanne Daveau, *ob. cit.* na nota 27.
- ³¹ *Códice Valentim Fernandes*, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1997, pp. 6 e 10.
- ³² Bernardo Rodrigues, *Anais de Arzila*, (David Lopes, ed.), Coimbra, 1915/1919.
- ³³ António de Saldanha, *ob. cit.* na nota 4.
- ³⁴ Teresa Ferreira Rodrigues, «As Estruturas Populacionais», in *História de Portugal*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1993, III, p. 237.
- ³⁵ M. Gonçalves Cerejeira, *O Humanismo em Portugal. Cleonardo*, Coimbra Ed., Coimbra, 1926.
- ³⁶ Jorge Segurado, *Francisco D' Hollanda*, Excelsior, Lisboa, 1970.
- ³⁷ Duarte Nunes do Leão, *Descrição do Reino de Portugal*, Centro de História da Universidade de Lisboa, 3^a ed., 2002, pp. 245-256 e pp. 299-301.
- ³⁸ *El Atlas del Rey Planeta. La Descripción de España y de las costas y puertos de sus reinos*, de Pedro Teixeira (1634), Nerea, Hondarribia, 2002.
- ³⁹ David Lopes, *ob. cit.* na nota 32; *História de Arzila*, Coimbra, 1925; «Os Portugueses em Marrocos», in *História de Portugal*, Barcelos, III, 1931; Robert Ricard, *ob. cit.* na nota 21.
- ⁴⁰ Vitorino Magalhães Godinho, «Marrocos», *História Económica e Social da Expansão Portuguesa*, I, 1, Terra Ed., Lisboa, 1947; *O 'Mediterrâneo' Saariano e as Caravanas do Ouro*, São Paulo, 1956.
- ⁴¹ Duarte Nunes do Leão, *ob. cit.* na nota 37, p. 168.
- ⁴² Orlando Ribeiro, *Geografia e Civilização. Temas Portugueses*, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, 1961, pp. 79-215 (3^a ed. Livros Horizontes, Lisboa, 1992); Jorge Gaspar, «A propósito da originalidade da cidade muçulmana», *Finisterra*, Lisboa, 5, 1968, pp. 19-31; Joaquim Romero Magalhães, *Para o Estudo do Algarve Económico Durante o Século XVI*, Edições Cosmos, Lisboa, 1970; *O Algarve Económico, 1600-1773*, Editorial Estampa, Lisboa, 1988; «No Alvorecer da Modernidade», in *História de Portugal*, Círculo de Leitores, Lisboa, III, 1993; Cláudio Torres, «El Garb-al-Andalus» in *História de Portugal*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1999, I, pp. 363-437; António Dias Farinha, «A apropriação do Espaço. Norte de África», *História da Expansão Portuguesa*, Círculo de Leitores, I, 1998, pp. 117-136.
- ⁴³ Christophe Picard, *ob. cit.* na nota 1 e *Le Portugal Musulman (VIII^e-XIII^e siècle)*, Maisonneuve et Larose, Paris, 2000.